

LEI Nº 652/2025.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO MENSAL AOS PROFISSIONAIS LOTADOS NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS – CEO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB, COM FUNDAMENTO NA PORTARIA GM/MS Nº 1.924/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Camalaú-PB, a concessão de gratificação mensal aos profissionais que atuam no Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, com base nos recursos financeiros repassados pela União, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.924, de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º Farão jus à gratificação de que trata esta Lei os seguintes profissionais, desde que em efetivo exercício no CEO, com carga horária mínima de:

I – Odontólogo, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas semanais, no valor de R\$ 635,00 (seiscentos e trinta e cinco reais);

II – Técnico de Saúde Bucal, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Art. 3º A gratificação será devida exclusivamente aos profissionais que:

I – estejam lotados e atuando regularmente no CEO, conforme cadastro no CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

II – cumpram integralmente a carga horária mínima prevista no art. 2º;



Prefeitura Municipal de Camalaú - CNPJ.: 09.073.271/0001-41

Avenida São José, N° 162, Centro | CEP 58530-000, Camalaú, PB.

(83) 3302-1013

@pmcamalau

administracao@camalau.pb.gov.br

III – mantenham vínculo funcional regular com o Município de Camalaú;

IV – não estejam afastados por motivo diverso de licença legalmente autorizada ou licença médica.

Parágrafo Único. Para fins do disposto no inciso IV, considerar-se-ão como afastamentos legalmente autorizados, entre outros, os casos de licença-maternidade, licença-paternidade e licença para tratamento de saúde, desde que devidamente comprovados.

Art. 4º A gratificação de que trata esta Lei:

I – terá natureza remuneratória, integrando a remuneração do servidor para todos os efeitos legais, inclusive férias, décimo terceiro salário, aposentadoria e contribuição previdenciária;

II – estará condicionada à continuidade do repasse de recursos financeiros do Ministério da Saúde destinados ao custeio do CEO;

III – será suspensa nos casos de afastamento do profissional sem justificativa legal ou em desacordo com esta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta dos recursos financeiros repassados ao Município de Camalaú-PB pelo Ministério da Saúde, vinculados à manutenção e custeio do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da competência de sua execução orçamentária.

Gabinete do Prefeito, 25 de junho de 2025.

UBIRAJARA ANTONIO
PEREIRA

MARIANO:03306088439

Assinado de forma digital por
UBIRAJARA ANTONIO PEREIRA
MARIANO:03306088439
Dados: 2025.06.25 08:48:48 -03'00'

UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO
PREFEITO CONSTITUCIONAL



Prefeitura Municipal de Camalaú - CNPJ.: 09.073.271/0001-41

Avenida São José, N° 162, Centro | CEP 58530-000, Camalaú, PB.

(83) 3302-1013

@pmcamalau

administracao@camalau.pb.gov.br